

O QUE É QUE A AVENIDA TEM? TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, SALVADOR - BAHIA (1912 – 1916)

Viviane Vieira Matos dos Santos¹

Rogério Freire Graça²

Educação



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

A Avenida Sete de Setembro esteve presente na história da cidade de Salvador desde seus primórdios e serviu de cenário para o desenrolar de inúmeros fatos históricos de relevância local e nacional. Sua trajetória foi marcada por construções, demolições e reformas arquitetônicas, ocasionadas pela constante elitização, o que gerava a necessidade da demonstração de modernidade. A partir da segunda metade do século XIX as famílias abastadas soteropolitanas deixam a região do atual centro histórico e passam a residir na Avenida Sete, iniciando ali o processo de saneamento básico e transporte com a instituição da água encanada, sistema de esgoto e linhas de bondes, e no período entre 1912 e 1916 a avenida passou por uma grande reforma urbana feita nos moldes Haussmanianos de Paris, por meio de demolições e descaracterizações. Com essa reforma ocorrida no início do século XX, o Governador J.J. Seabra pretendeu trazer para a sua capital o modelo de urbanização, higiene e civilidade que já vigorava na Europa desde o século XIX e em algumas capitais brasileiras desde o alvorecer do novo século, porém assim com as outras cidades modernizadas, Salvador perdeu um grande volume de prédios históricos significativos, necessários para contar a sua história e reforçar a identidade dos seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura. História. Salvador. Bahia. Avenida Sete de Setembro.

ABSTRACT

The Sete de Setembro Avenue was present in the history of the city of Salvador since its inception and provided the backdrop for the unfolding of numerous historical events of national and local relevance. Its career was marked by buildings, demolitions and architectural reforms, caused by the constant gentrification, which generated the need for demonstration of modernity. From the second half of the nineteenth century the soteropolitanas wealthy families leave the region of the current historic center and took up residence on Seventh Avenue, there starting the process of sanitation and transportation with the introduction of piped water, sewage system and tram lines and in the period between 1912 and 1916 the avenue underwent a major urban reform made in Hauss molds in Paris, through demolitions and characterization. This reform took place in the early twentieth century, JJ Seabra Governor intended to bring its capital the model of urbanization, hygiene and civility that was already in place in Europe since the nineteenth century and some Brazilian capitals since the new century dawn, but so with other modernized cities, Salvador lost a great deal of significant historic buildings needed to tell their story and to strengthen the identity of its inhabitants.

KEYWORDS

Architecture. History. Salvador. Bahia. Sete de Setembro Avenue.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é reconstruir a história da Av. Sete de Setembro, suas reformas, demolições e a constante modernidade urbanística presente no referido logradouro, por abrigar uma elite social que demonstrava seu poder social e financeiro por meio da arquitetura, beleza e conforto das suas casas. Será evidenciada, também, a perda irreparável que o patrimônio histórico sofreu por meio dessas demolições e descaracterizações, que eram necessárias para a implementação da arquitetura de estilo eclético, bem como o alargamento das ruas, visando a melhoria do tráfego e a implantação do sistema de bondes.

Com o presente trabalho pretendemos divulgar a importância histórica da Avenida Sete, como também seu valor artístico, por ainda conter um mostruário de diversos estilos arquitetônicos que contam a evolução da arte de construir na cidade de Salvador.

2 A CAPITANIA DA BAHIA

A Capitania da Bahia de todos os Santos foi doada pela Coroa Portuguesa ao fidalgo Francisco Pereira Coutinho em 5 de abril de 1534, seus limites iam da foz do rio São Francisco até o extremo sul da Bahia, na foz do rio Jaguaripe. Dois anos após,

devido à chegada do donatário, que trazia consigo 200 homens, houve a necessidade da construção de um pequeno núcleo habitacional que seria a sede da capitania, constando de casas de taipa e palha cercada por muro e fosso de proteção. Além de erigir, fora da vila, uma torre de observação, construída com pedra e cal e rematada por merlões, ameias e seteiras, para assessorá-lo em caso de invasões.

Esse núcleo inicial de colonização situava-se nas proximidades da atual ladeira da Barra, tendo a torre cedido lugar ao Forte São Diogo, ainda existente, após ser derubada pelos indígenas no século XVI. Isto leva a crer que Salvador surgiu na Avenida Sete de Setembro, nome atual, objeto de estudo do presente artigo.

Com a morte de Francisco Pereira Coutinho e a falta de sucesso do sistema de Capitânicas Hereditárias, D. João III Rei de Portugal decidiu implantar o “Governo Geral” no Brasil, nomeando o Governador Tomé de Souza, que trouxe consigo 600 homens e tendo como sede a Bahia; porém, necessitando de uma cidade que figurasse como capital.

Atendendo à necessidade, a cidade de São Salvador, primeira Capital do Brasil foi inaugurada após sete meses de construções, em 1º de novembro de 1549. Consta de uma fortificação com sete ruas e duas praças e com duas portas para o acesso, sendo uma delas localizada em São Bento na atual Av. Sete de Setembro.

Além da cidade fortificada, implementaram a construção de fortes para a proteção do litoral, objetivando dificultar a chegada de invasores estrangeiros. Essa proteção foi reforçada no período da União Ibérica (1580 – 1640), quando o Brasil sofreu a invasão dos holandeses. No percurso estudado temos quatro destes exemplares: Forte Santo Antônio (1583), Forte Santa Maria, Forte São Diogo (1631) e Forte de São Pedro (1646).

3 A CAPITAL DO VICE-REINO

Nos séculos XVII e XVIII, Salvador encontrava-se na condição de capital do Vice-Reino, cidade mais populosa do Brasil e enriquecida com a produção e exportação do açúcar e com o tráfico negreiro. Essa riqueza promoveu a monumentalização da cidade, deixando ecos na sua arquitetura, por meio de reformas ou novas construções.

Neste período foram construídos na atual Av. Sete de Setembro o Mosteiro de São Bento (1679), as igrejas de Santo Antônio da Barra e São Pedro Velho, além dos inúmeros sobrados residenciais que variavam no número de pavimentos. Os arcos de São Bento foram demolidos (1796) como exemplo de modernidade e de integração entre a cidade primitiva (intramuros) e sua expansão ocorrida ao longo dos séculos.

No século XIX reencontramos a Avenida Sete de Setembro, que abrangia do Farol da Barra até o Mosteiro de São Bento, com a denominação de Caminho do Conselho

ou Rua Direita da Bahia². Era dividida em freguesias: Barra, Vitória (1552) e São Pedro (1676), onde os ricos comerciantes Baianos continuavam a construir seus palacetes residenciais, principalmente no distrito da Vitória, e desfrutavam das caminhadas no passeio público, além de passearem em suas cadeirinhas de arruar ricamente guarnecidas por cortinas rematadas por fios de ouro, carregadas por escravos vestidos de libré.

Um exemplo dessa riqueza está na família do traficante de escravos José Cerqueira Lima, que morava em um elegante palacete na Vitória com cinco salões, dentre eles um de música ostentando dois pianos, além de um imenso salão de banquete. Toda a mansão era mobiliada com móveis estofados de cetim e decorada com objetos de prata, cristais de *baccarat*, porcelanas francesas, além dos inúmeros serviços de louça das índias que serviam à mesa nos dias de festa.

Em 1858, após o falecimento do proprietário, em decorrência de sua falência, o palacete foi vendido e a partir daí abrigou várias funções: escola, Palácio do Governo, Secretaria de Educação, quando foi totalmente reconstruído, e atualmente Museu de Arte da Bahia.

Ao final da tarde os acendedores de lampiões começavam o seu ofício, objetivando clarear o logradouro, que por abrigar a elite local, ostentava palacetes que ofereciam festas, saraus e convescotes diariamente.

4 SALVADOR APÓS A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808 trouxe novos elementos de modernidade e cultura, e a elite das cidades principais da antiga colônia elevada à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, absorveram um novo estilo arquitetônico, novas peças de mobiliário, elementos decorativos exóticos, novas regras de etiqueta e um comportamento ritual.

Quase tudo era importado da Europa, principalmente após o decreto de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, feito pelo Príncipe Regente D. João, na cidade de Salvador, durante seu período de permanência na cidade, de 23/1 a 26/2/1808.

2 Sobre a denominação Rua Direita, Fernando Monteiro afirma ter encontrado na obra de Thomas Ewbank (*Life in Brazil or A Journal of a visit of the land of the Cocoa and Palm*) que “[...] a maioria das cidades católicas tem uma rua chamada Direita em homenagem ao apóstolo que se hospedou em Damasco, na rua Direita, ainda hoje lá existente” (MONTEIRO, 1985, p. 12). Trata-se do Apóstolo Paulo, que foi curado nesta rua por Ananias, discípulo de Jesus Cristo.

Segundo Vasconcelos (2002), entre o final do século XIX e início do XX o comércio de Salvador era o segundo maior do país com 11 casas exportadoras, 64 casas importadoras, 965 casas de varejo, além de 53 fábricas e 32 usinas. Neste período a avenida sete de setembro possuía casarões antigos, que ainda seguiam o estilo colonial, com telhados aparentes, vergas retilíneas ou curvilíneas nas esquadrias e, pesadas sacadas ou balcões em madeira entalhada ou torneada. Igrejas com torres bulbosas revestidas de azulejos portugueses ou fragmentos de porcelanas, a exemplo da igreja do Mosteiro de São Bento.

O estilo Neoclássico, também, era observado nos sobrados de vários pavimentos, encimados por platibandas e frontões, decorados por aplicações florais, estátuas, vasos e pináculos e protegidos por gradis de ferro forjado.

Esse patrimônio foi ameaçado e muitos prédios foram demolidos durante a reforma urbanística de 1912, que tinha como objetivo alargar determinados trechos, principalmente a região de São Pedro, cuja igreja formava com o casario do lado oposto um estreito corredor, além de instituir um novo padrão arquitetônico vigente na Europa, o ecletismo. Instituído, ainda, no período imperial em decorrência do início da industrialização do Brasil, fato ocasionado pela extinção do tráfico negreiro em 1850.

O governador reformista da Bahia foi José Joaquim Seabra, J.J. Seabra como era conhecido, acolitado pelo prefeito Júlio Brandão. Ambos utilizaram-se da técnica de reforma urbanística por meio da demolição, semelhante ao que o Barão Georges Eugène Haussmann tinha feito em Paris na segunda metade do século XIX, durante os 17 anos que passou como prefeito (1853-1870), nomeado pelo Imperador Napoleão III. Haussmann praticamente construiu uma Paris moderna, de arquitetura elegante, avenidas e ruas largas, sobre a antiga Paris medieval, praticamente destruída por sua "arte demolidora".

5 O SÉCULO XX E A REFORMA DE J. J. SEABRA

As reformas urbanas implementadas no ecletismo visavam, também, o saneamento, alinhamento das ruas e a melhoria do acesso na cidade. Podemos constatar que as reformas urbanísticas no Brasil foram feitas a partir da primeira década do século XX e ocorreram em várias capitais do país, com o objetivo de demonstrar o progresso ou pelo menos a visão progressista dos seus administradores.

Podemos citar o exemplo do Rio de Janeiro que teve um plano de reforma urbanística ainda no império, datado de 1875, porém a execução das obras ocorreu já na primeira década do século XX quando era prefeito da cidade o Dr. Pereira Passos e Presidente da República o Dr. Rodrigues Alves.

O Rio de Janeiro saneado, com um porto moderno e facilidade de acesso a todas as partes da cidade, funcionaria como um grande cartão de visitas e testificaria que a república era a responsável por esse progresso. Para tanto os governos Federal e municipal não pouparam esforços: abertura de grandes avenidas, alargamento e calçamento de ruas, arrasamento de morros que se localizavam no centro da cidade, aterros, muitas demolições, reformas, desapropriações e loteamento de antigas propriedades.

Como consequência vieram as linhas de bondes eletrificadas e a energia elétrica para os logradouros e as residências, e é importante notar que as reformas perduraram através das décadas, sobretudo no início da década de 1920, quando o Rio de Janeiro sediaria as comemorações do centenário da Independência do Brasil, sempre visando a melhoria sanitária e viária da cidade. Quanto à estética, os estilos Eclético, *Art Nouveau* e *Art Déco* seriam responsáveis pela modernização, sobrepujando os antigos padrões coloniais e imperiais que ainda existiam.

No mesmo período as cidades de Niterói, na administração de Paulo Ferreira Alves e Porto Alegre com o prefeito José Montauray de Aguiar Leitão, estavam passando pelos mesmos tipos de intervenções com os mesmos fins a serem alcançados, o saneamento e a modernidade.

Recife é outra capital reformada neste período. Embora já tivesse certo aparato de prédios com finalidades sociais e serviços urbanísticos e de saneamento instituídos em meados do século XIX, durante a administração do Conde da Boa Vista, no início do Século XX, essas inovações já estavam obsoletas e deficientes. Necessitando de uma renovação, entre 1909 e 1915 durante a gestão do prefeito Martins de Barros, a cidade passou por uma reforma que visou modernizar, sanear e higienizar, dando-lhe uma feição parisiense, sobretudo no bairro portuário.

Inspirada mais uma vez em Haussmann, a administração municipal trouxe o ecletismo modernizador que representava prosperidade e civilidade baseando-se na elegância, higiene e conforto, o que gerou a destruição dos marcos históricos da cidade excluídos desses padrões.

Em São Paulo, a remodelação da Rua Líbero Badaró é um exemplo do Plano de Renovação traçado para a cidade na primeira década do século XX e posto em prática a partir de 1911, com a quase triplicação da largura do referido logradouro por meio das demolições ocorridas no lado direito da via. No percurso, antigos casarões cederam lugar a praças e muitas pessoas foram retiradas dos cortiços e prostíbulos, sendo afastadas do centro da cidade.

A partir desta reforma a Rua Líbero Badaró, anteriormente desprezada e considerada imprópria aos transeuntes de níveis sociais elevados, torna-se elegante e disputada.

Em Salvador, a maior parte das reformas ocorreu no distrito de São Pedro. O distrito da Vitória já estava modernizado desde o final do século XIX, quando foi habitado pela aristocracia de Salvador que deixou o centro histórico e por comerciantes estrangeiros que trouxeram os padrões higienistas europeus e o ecletismo arquitetônico. Dentre outros podemos destacar os ingleses que se estabeleceram na vitória no início do século XIX, construindo mansões recuadas e fundando uma igreja anglicana no Campo Grande e um cemitério na ladeira da Barra.

O que queria ser mostrado com as reformas era a evolução da cidade, com avenidas largas e higienizadas; praças urbanizadas e prédios modernos, que embora assimilassem muitos elementos decorativos do neoclassicismo, possuíam o conforto interno assessorado pela água encanada, energia elétrica e sistema de esgoto. “Os campos básicos de intervenção definidos serão a habitação, o saneamento e o espaço público, onde ele persegue os parâmetros de qualidade definidores da cidade moderna” (LEME, 1999, p. 172)

Externamente, o recuo lateral das construções possibilitou a luminosidade e ventilação dos cômodos, que até então ficavam presos nas paredes das casas vizinhas. Estes cômodos geralmente eram as alcovas das casas onde as doenças proliferavam por não haver local para a dissipação dos vírus. A Bahia

[...] transformou-se numa maneira tremenda, ninguém conhece a Bahia naquele tempo, na mudança de governo de José Marcelino para Seabra [...] Começou então aquele trabalho todo de alargamento de rua [...] Então o Seabra foi criando espaços: abriu-se a rua direita da Bahia. Era rua estreitinha o que é hoje a Avenida Sete [...]. (BORGES, 1999, p. 107).

Envolvidos nos custos para a execução do projeto estiveram o município de Salvador, o Estado a Bahia, como também os capitais nacional e estrangeiro. A reforma foi empreendida pela Companhia de Melhoramentos, que, visando o progresso, ocasionou o desaparecimento de prédios históricos importantes para a preservação da identidade local.

Além de alguns palacetes neoclássicos, alguns prédios religiosos como a Igreja de São Pedro Velho, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, Convento das Mercês e prédios administrativos a exemplo do antigo Senado Estadual, foram demolidos totalmente ou parcialmente.

Posterior à reforma concluída em 1916, foram introduzidos no logradouro em questão, uma série de monumentos e construções religiosas, que substituíram as antigas de mesmo nome.

No lugar da Antiga Igreja de São Pedro Velho foi construído um largo onde se encontram dois monumentos importantes: o “relógio de São Pedro”, confeccionado em Paris e que ostenta a seguinte inscrição: “Este relógio foi adquirido no governo do Exm^o Sr. Dr. J. J. Seabra e instalado aqui no governo do Exm^o Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão aos 15-11-1916 Sendo Secretário da Agricultura ICV e Obras Públicas o Dr. J. A. Pedreira Franco” e o Monumento ao Barão do Rio Branco, em cuja base se lê: “Ao Barão do Rio Branco MCMXIX Associação dos Empregados no Comércio da Bahia com o auxílio do povo, erigiu este monumento.”

O antigo prédio do Senado, demolido em parte, foi doado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que construiu sua sede cercada por frontões triangulares e encimada por uma abóbada. A igreja de São Pedro foi reconstruída na praça da Piedade e inaugurada em 2 e dezembro de 1917. Seu novo estilo representa o “revival” inglês Neogótico, com torre pontiaguda e a presença de elementos lanceolados.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário teve parte do seu corpo demolida e ganhou nova fachada, tendo sua inauguração ocorrida em 1915. O antigo palacete contíguo ao passeio público foi reformado e inaugurado em 1917, como “Palácio da Aclamação”, a nova residência do governador da Bahia.

A maioria dos prédios reformados, possuem na sua fachada principal ou mesmo no seu interior uma placa com dados históricos de sua construção, reforma e inauguração, demonstrando a sua importância para a identidade local e a sua trajetória através dos séculos:

A devoção de Nossa Senhora do Rosário em nossa Paróquia começou na antiga igreja de São Pedro em 1689. Esta atual igreja foi construída em 1746, chamada de capela de Nossa Senhora do Rosário a Rua de João Pereira. Em 1915 a parte da frente da igreja foi demolida e remodelada para a construção da Av. Sete de Setembro.³

A Paróquia de São Pedro foi criada em 1679, pelo primeiro arcebispo da Bahia D. Gaspar Barata de Mendonça. Existiu uma primitiva capela nas proximidades do Forte de S. Pedro, no Campo Grande, construída em 1554. A antiga Igreja Matriz foi erguida no século XVIII, no largo onde hoje está o relógio e São Pedro, sendo demolida em 1913 para a abertura da avenida Sete de Setembro. Esta atual Igreja de São Pedro na Praça da Piedade, foi inaugurada em 02 de dezembro de 1917⁴.

3 Placa de mármore encontrada no interior da igreja do Rosário na Av. Sete de Setembro.

4 Placa encontrada no adro da igreja de São Pedro na Praça da Piedade, esquina com a Avenida Sete de Setembro.

Foi iniciada a construção deste palácio no governo do Exm^o Snr. Dr. José Joaquim Seabra sendo Secretário do Estado o Dr. Arlindo C. Fragoso e Inspector de Obras o Engenheiro Temístocles de Menezes. "A construção deste palácio foi concluída em 1917, no governo do Exm^o Snr. Dr. Antônio Moniz de Aragão, sendo Secretário de Agricultura e Obras Públicas o Dr. J. A. Pedreira Franco, Director da Secretaria da Agricultura o Dr. E. Pontes e Fiscal das Obras o Engenheiro Custódio R. Príncipe Júnior⁵.

Avenida 7 de Setembro construída no governo do Exm^o Snr. Dr. José Joaquim Seabra, sendo o Secretário Geral do Estado o Exm^o Snr. Dr. Arlindo Coelho Fragoso e Chefe da Comissão Fiscal o Engenheiro Temístocles de Menezes. Inaugurada em 7 de Setembro de 1915⁶.

Essa modernização ocorrida a partir de 1912 e promovida por J. J. Seabra teve início ainda no final do século XIX, com a implementação de serviços que gerassem conforto e higiene aos soteropolitanos, a exemplo dos bondes puxados por animais, instituídos em 1889 e posteriormente os bondes elétricos a partir de 1897; a inauguração da luz elétrica, na administração do governador Severino Vieira em 1903 e posteriormente o serviço de esgoto, em 1905.

Na reforma de 1912 Salvador já contava com uma gama de Companhias Construtoras e de arquitetos construtores e empreiteiros que traçavam os projetos arquitetônicos, faziam orçamentos e dispunham de pessoal habilitado para trazer os novos padrões europeus de beleza e conforto para os prédios, bem como de saneamento para os logradouros. As casas comerciais já dispunham de elementos modernizadores para compor o interior das residências, trazendo mais comodidade para os seus proprietários: latrinas com descarga, banheiros, aquecedores de banho, bacias e bidês esmaltados, portas de ferro, vergalhões de aço e cimento. Todos estes serviços eram divulgados e oferecidos nos jornais da época⁷.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, Salvador participou dos planos de modernidade e saneamento que figuraram na mentalidade dos administradores municipais e estaduais do início do século XX no Brasil. Essa herança Haussmanianna de transformar as cidades se espalhou por toda Europa e pelo mundo civilizado, ou pelo menos pretensos de civilização.

5 Medalhões em mármore que ladeiam a porta principal do palácio da Aclamação, na Av. Sete de Setembro.

6 Placa de inauguração da Av. Sete de Setembro, situada no oitão da Igreja do Mosteiro de São Bento.

7 Jornal Diário de Notícias, Bahia, janeiro a abril de 1912.

As avenidas foram abertas, as ruas alargadas e os prédios recuados. A água e os dejetos foram canalizados, a luz e o transporte eletrificados, porém o patrimônio histórico sofreu perdas irreparáveis com as demolições e as reformas. Igrejas, conventos, sobrados que contavam a história primitiva do Brasil e de sua arquitetura vernácula tiveram seus estilos arquitetônicos eclipsados pelo ecletismo que visava romper com o passado e voltar-se para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil- Império: a corte e a modernidade nacional**. V.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil- República: da Belle Époque à Era do Rádio**. V.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BORGES, Jafé. **Salvador era assim: memórias da cidade**. Salvador: IGHB, 1999.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

DUCHER, Robert. **Características dos estilos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planta do Brasil, 2007.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2.ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

MONTEIRO, Fernando. **A velha rua direita**. 2.ed. Rio de Janeiro: Banco do Brasil S.A., 1985.

PADILHA, Nino (Org.). **Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas**. Salvador: mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro de arquitetura no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RORIZ, Aydano. **O fundador**: a fascinante história do primeiro governador do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências. Ilhéus: Editus, 2002.

Data do recebimento: 14 de abril de 2015

Data da avaliação: 16 de julho de 2015

Data de aceite: 11 de agosto de 2015

1. Graduanda em História pela Universidade Tiradentes (6º Período); Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade (PPED/NEPH/UNIT). E-mail: vivianematos@yahoo.com.br

2. Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes (2012) e Especialista em Arte e Educação pela Faculdade São Luis de França (2007). É professor da Universidade Tiradentes (UNIT), na modalidade presencial e na modalidade a distância. Membro do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade (PPED/NEPH/UNIT), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT)/Sergipe. E-mail: rfg.1973@yahoo.com.br